

22/03/2017 - 05:00

Estatal completa terceiro ano sem pagar dividendos

Por **Fernando Torres e Thais Carrança**

Depois de registrar prejuízo de R\$ 14,82 bilhões em 2016, motivado principalmente por baixas contábeis e despesas financeiras elevadas, a Petrobras confirmou ontem que ficará mais um ano sem distribuir dividendos aos acionistas.

Desde a primeira vez que fechou um exercício no vermelho, em 2014, a estatal informou que não pagaria dividendos caso não tivesse lucro anual, ainda que houvesse reservas acumuladas no que permitisse a distribuição de lucros "antigos". Nesse período de três anos, o prejuízo somado alcançou R\$ 71,25 bilhões.

A persistência de três exercícios sem remunerar os acionistas seria um problema para outras companhias abertas no Brasil, uma vez que a Lei das S.A. prevê que as ações preferenciais ganhem direito a voto nessa situação.

Porém, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, voltou a esclarecer ontem sobre o entendimento de que a Lei do Petróleo impõe o controle da companhia pela União, controle que seria perdido caso os preferencialistas ganhassem o direito de votar. Por ser específica, a Lei do Petróleo prevalece sobre a regra geral das demais S.As.. "Não vamos pagar dividendos, embora seja o desejo da empresa fazê-lo o mais rápido possível", declarou Parente ontem, durante coletiva de imprensa no Rio.

A única hipótese de os acionistas receberem dividendos sobre os resultados de 2016 é o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não aceitar o recurso da Petrobras contra a decisão da área técnica da autarquia, que defende que a empresa reverta os efeitos da contabilidade de hedge adotada desde 2013.

Por esse mecanismo contábil, a estatal difere no tempo o impacto da variação cambial sobre a dívida em dólar, até que exportações sejam feitas e contrabalancem o efeito com sinal inverso.

No caso de 2016, como o dólar saiu de R\$ 3,90 para R\$ 3,26 entre o início e o fim do ano, a contabilidade de hedge diminuiu o resultado líquido da Petrobras em R\$ 33,17 bilhões. Se o balanço fosse reapresentado sem a prática contábil, portanto, a estatal teria divulgado lucro de R\$ 18,35 bilhões, em vez do prejuízo anunciado. Com lucro, teria que pagar dividendo equivalente a 25% aos acionistas, com prioridade para os preferencialistas.

A direção da empresa, contudo, se diz segura sobre a consistência da prática contábil adotada pela administração anterior, que nunca recebeu ressalva da auditoria externa PwC, e sequer admite a hipótese de decisão contrária na diretoria da CVM.

O principal fator que motivou o prejuízo dos últimos três anos foram baixas contábeis por perda do valor recuperável. Ao todo, esse tipo de despesa somou R\$ 115,3 bilhões em três anos. Mas o tamanho do baque mudou de patamar. Ficou acima da casa dos R\$ 40 bilhões em 2014 e 2015, mas caiu a R\$ 20,9 bilhões em 2016.

Considerando todos os lançamentos tratados como "itens especiais" pela Petrobras - entram na conta não só impairment, mas também efeitos de programas de demissão voluntária e perdas ou ganhos com contingências judiciais -, o efeito no ano passado foi negativo em R\$ 22,2 bilhões.

Isso indica que, caso baixas contábeis relevantes não se repitam, a Petrobras deve voltar ao azul em 2017, o que permitirá o pagamento de dividendos. O peso das despesas financeiras, contudo, ainda impede lucros maiores.